CIDADE DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM

TERMO DE CONTRATO Nº23/SUB-MB/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO N° 90004/SUB-MB/2024
PROCESSO: 6045.2023/0001851-8
OBJETO: OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA MECÂNIZADA DO SISTEMA DE DRENAGEM, COM A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMBINADO HIDROJATO/ SUGADOR/ RECICLADOR/ EXTRAVASOR, DESIDRATAÇÃO E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS PARA ATERRO SANITÁRIO (COM MÃO DE OBRA E COMBUSTÍVEL), TELEVISIONAMENTO, FORNECIMENTO DE IMAGENS DIGITAIS (FOTOGRAFIA E FILMAGEM), TESTE DE FUMAÇA, TESTE DE CORANTE, RELATÓRIO TÉCNICO DE DIAGNÓSTICO DE PONTOS CRÍTICOS COM EQUIPAMENTOS DE INSPEÇÃO E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA M BOI MIRIM
CONTRATADA: HANATTEC - COMÉRCIO DE TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

Aos Dezesseis dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, na sede da Subprefeitura M Boi Mirim, presentes de um lado a PMSP/Prefeitura do Município de São Paulo/Subprefeitura M' Boi Mirim, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n° **05.510.098/0001-40**, situada a Avenida Guarapiranga, 1.695 - Parque Alves de Lima - CEP 04902-015- São Paulo - SP, representada pelo senhor Subprefeito João Paulo Lo Prete portador da Cédula de identidade n° 13.609.348 SSP , inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o n° 051.895.548-64, em conformidade com a Lei Municipal n° **13.399/02**, e ora denominada **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **HANATTEC - COMÉRCIO DE TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n° 07.509.106/0001-64, situada à Rua Araguari, n° 817 Conjunto 26 – VILA UBERABINHA –São Paulo/SP – CEP04.514-041- Fone (11) 5581-1088- e-mail hanattec@outlook.com.br, adjudicatária da licitação na modalidade Pregão Eletrônico n° **90004/SUB-MB/2024**, representada pela senhora Camila Sayuri Nakano, portador da Cédula de Identidade n°33.769.244-0 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o n° 342.392.258-33, seu representante legal, conforme documento comprobatório apresentado, ora denominada **Contratada**, têm entre si contratado, em conformidade com a Lei Federal n° **14.133/2021** e DecretoMunicipal n° **62.100/2022.**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA MECÂNIZADA DO SISTEMA DE DRENAGEM, COM A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMBINADO HIDROJATO/ SUGADOR/ RECICLADOR/ EXTRAVASOR, DESIDRATAÇÃO E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS PARA ATERRO SANITÁRIO (COM MÃO DE OBRA E COMBUSTÍVEL), TELEVISIONAMENTO, FORNECIMENTO DE IMAGENS DIGITAIS (FOTOGRAFIA E FILMAGEM), TESTE DE FUMAÇA, TESTE DE CORANTE, RELATÓRIO TÉCNICO DE DIAGNÓSTICO DE PONTOS CRÍTICOS COM EQUIPAMENTOS DE INSPEÇÃO E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA.**

1.2. Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência -**Anexo II**, parte integrante deste edital.

CAMILA SAYURI NAKANO:34239225833 Assinado de forma digital por CAMILA SAYURI NAKANO:34239225833 Dados: 2024.08.16 17:27:07 -03'00'

CLÁUSULA SEGUNDA– LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços serão executados em área sob a jurisdição da Subprefeitura M Boi Mirim.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO CONTRATUAL

3.1. O prazo de execução do contrato terá duração de **12**(doze) meses, prorrogável por até **10** (dez) anos, na forma do artigo**107** da Lei Federal n° **14.133/2021** e do artigo**116** do Decreto Municipal n.º **62.100/2022**, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

3.1.1. Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de **90** (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

3.1.2. Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos **I** e **II** do artigo**116** do Decreto Municipal n°**62.100/2022**, o ajuste será prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

3.1.3. A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

3.1.4. Não obstante o prazo estipulado no subitem **3.1**, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA -DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

4.1. O valor mensal estimado da presente contratação é de R$ 256.700,00 (Duzentos e cinquenta e seis mil e setecentos reais), perfazendo o valor total de R$ 3.080.400,00 (três milhões, oitenta mil e quatrocentos reais).

4.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela **Contratante**à **Contratada**.

4.3. Para fazer frente às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº 98765/2024, no valor de R$ R$ 591.713,28 (Quinhentos e Noventa e Um Mil e Setecentos e Treze Reais e Vinte e Oito Centavos), onerando a dotação orçamentária nº **58.10.17.512.3008.2.367.3.3.90.39.00.00.1500.9001.1** do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

4.4. Os preços contratuais serão reajustados, observada a **periodicidade anual** que terá como termo inicial a data da abertura da proposta de preços**(15/07/2024),** desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

4.4.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação calculada sobre os valores unitários nos termos da Portaria SF **142/2023** , pelo contratante, do **Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, nos termos da Portaria SF n.º 389/2017, bem como Decreto Municipal nº 57.580/2017**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.4.1.1. Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula **4.4.1** não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.4.2. Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de **1** (um) ano.

4.5. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF n°**05/2012**, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a

CAMILA SAYURI NAKANO:34239225833

necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

4.6. As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.7. Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São obrigações da **Contratada**:

a)Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;

b)Garantir total qualidade dos serviços contratados;

c)Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência, **Anexo II** do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;

d)Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;

e)Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2. A **Contratada** não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. A **Contratante** se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência -**Anexo II** do Edital, cabendo-lhe especialmente:

a)Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;

b)Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à **Contratada** as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

c)Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à **Contratada**, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;

6.2. A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

6.3. A **CONTRATANTE** poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

CLÁUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O prazo de pagamento será de **30** (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal faturae demais documentos nos termos da Portaria SF **170/2020**.

7.1.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7.1.2. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº **05/2012**.

CAMILA SAYURI NAKANO: 34239225833

7.2. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.
7.2.1. No caso de prestadores de serviço com sede ou domicilio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município,

da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos do artigo**9º-A**e**9º-B** da Lei Municipal nº **13.701/2003**, com redação da Lei Municipal n°**14.042/2005** e artigo**68** do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, em conformidade com o Decreto Municipal n°**53.151/2012**.
7.2.2. Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo**9º-A** e seus parágrafos **1º** e **2º**, da Lei Municipal n°**13.701/2003**, acrescentados pela Lei Municipal n°**14.042/2005**, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, em conformidade com o Decreto Municipal n°**53.151/2012** e da Portaria SF n°**124/2012**.
7.3. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.
7.4. A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:
a)Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
b)Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
c)Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
d)Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
e)Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
f)Folha de Medição dos Serviços;
7.4.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
7.5. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.
7.6. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem **7.4**, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.
7.7. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no **BANCO DO BRASIL S/A**, conforme estabelecido no Decreto n°**51.187/2010**.
7.8. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

CLÁUSULA OITAVA - DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO
8.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal n°**14.133/2021**, do Decreto Municipal n°**62.100/2022**, e das demais normas complementares aplicáveis
8.2. O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo**124** da Lei Federal n° **14.133/2021**.

CAMILA SAYURI NAKANO: 34239225833

8.3. A **Contratante** se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do artigo**125** da Lei Federal n°**14.133/2021**.
8.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
8.5.O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
8.6.O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo**137**da Lei Federal n°**14.133/2021**, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
8.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigo**138** e **139** da Lei Federal n° **14.133/2021** mesma Lei.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1.A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência, **Anexo II** do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.
9.2.A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela **Contratante**, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.
9.2.1.A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal n°**62.100/2022**.
9.3.O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo**140**, da Lei Federal n° **14.133/2021** e demais normas municipais pertinentes.
9.4.O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.
9.5. Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.
9.5.1.O recebimento e aceite do objeto pela **Contratante** não exclui a responsabilidade civil da **Contratada**por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no **Anexo II**, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. São aplicáveis as sanções previstas no Título **IV**, Capítulo **I** da Lei Federal n° **14.133/2021** e Seção **XI** do Decreto Municipal nº **62.100/2022** e demais normas pertinentes. No que tange as multas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, no prazo de **15** (quinze) dias úteis, a contratada estará sujeita ás penalidades abaixo discriminadas:
10.1.1. Ocorrendo recusa ou atraso da adjudicatária em assinar o Termo de Contrato, dentro do prazo estabelecido no Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:
a) Multa no valor de **1%** (um por cento) do valor do ajuste por dia de atrasoaté o décimo dia;
b) Após **10 (**dez) dias, multa no valor de **20%** (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
c) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até **3** (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura.
10.1.2. Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

CAMILA SAYURI NAKANO:42392258383

10.1.3. Multa por dia de atraso para início da execução dos serviços conforme fixado na Ordem de Início: **1,0%** (um por cento) por dia sobre o valor do Contrato, até o máximo de **10** (dez) dias, incidindo, após, a multa por inexecução total do contrato.
10.1.4. Multa por dia de paralisação injustificada dos serviços até o máximo de **15** (quinze) dias, incidindo, após, a multa por inexecução parcial do contrato: **0,5%** (meio por cento) por dia sobre o valor do contrato.
10.1.5. Multa por descumprimento da clausula contratual, por dia: **0,5%** (meio por cento) sobre o valor mensal.
10.1.6. Multa por descumprimento das especificações previstas no Termo de Referência – Anexo **II** do Edital de Pregão Eletrônico n° **90004/SUB-MB/2024**, parte integrante deste contrato: **0,5%** (meio por cento) sobre o valor mensal do contrato, sem prejuízo da obrigação de refazimento do serviço e/ou a devida glosa.
10.1.7. Multa pelo não atendimento das exigências formuladas pela fiscalização, por dia, até seu cumprimento: **0,5%** (meio por cento) sobre o valor mensal
10.1.8 Multa de sobre o valor da medição correspondente, por não apresentar documentos exigidos como condição de pagamento: **0,5%** (meio por cento).
10.1.9. Multa por inexecução parcial do contrato: **20%** (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
10.1.10. Multa por inexecução total do contrato: **20%** (vinte por cento) sobre o valor contratual, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de **03** (três) anos.
10.1.11. Multa pela rescisão contratual por culpa da contratada: **10%** (dez por cento) sobre o valor do contrato, calculado sobre número de meses faltantes para o termino do ajuste, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de **03** (três) anos.
10.1.12. Sanção de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura do Município de São Paulo, pelo prazo de até **3** (três) anos, por falha ou fraude na execução do objeto do contrato.
10.1.13. As penalidades de advertência e multa em virtude de infrações aos termos do contrato serão aplicadas pela Contratante, observado o devido processo legal e a ampla defesa.
10.2.A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.
10.3.O prazo para pagamento das multas, após decorridos os prazos de ampla defesa, será de **05** (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido poderá ser descontado da importância que a mesma tenha a receber da PMSP (medições futuras, garantia, etc). Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.
10.4. Para aplicação de penalidade deverá ser atendido o estabelecido no Capítulo I da Lei Federal n° **14.133/2021**, bem como o previsto no inciso XIII do art. 118 do Decreto Municipal n° **62.100/2022**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

11.1. Para execução deste contrato, será prestada garantia no valor de R$ **154.020,00**, correspondente a importância de [5% (cinco inteiros por cento)] do valor total do contrato, nos termos do artigo **96**, § **1°**, da Lei Federal n° **14.133/2021**, observado o quanto disposto na Portaria SF n°**76/2019,** alterada pela Portaria SF n° **84/2023.**
11.1.1. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de **3** (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.
11.1.1.1. O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade estabelecida na cláusula **10.2** deste contrato.

CAMILA SAYURI NAKANO:3423922583 Assinado de forma digital por CAMILA SAYURI NAKANO:34239225833 Dados: 2024.08.16 17:28:50 -03'00'

11.1.2. A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa **2/2012** – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.
11.1.3. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa **2/2012**- PGM.
11.1.4. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo**96**, §**1º**, da Lei Federal n°**14.133/2021**.
11.2. A validade da garantia prestadadeverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, além do prazo estimado para encerramento do contrato, por força da Orientação Normativa nº **2/2012** da PGM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
12.1.O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo Fiscal do Contrato, em conformidade com o artigo**117** a **122** do Decreto Municipal n° **62.100/2022**.
12.2. Fica designado Gestor do Contrato a servidora **Edilma Felix de Lima**, Registro Funcional n° **719.125.1/6** da Supervisão Técnica de Limpeza Pública da Subprefeitura M' Boi Mirim, que em seus impedimentos legais será substituída pela servidora **Roseli Correa Barbosa da Silva**, Registro Funcional n° **603.015.7/3.**
12.3. Fica designado Fiscal do Contrato a servidora **Elaine Cristina da Silva**, Registro Funcional n°**734.961.1/1**da Supervisão Técnica de Limpeza Pública, que em seus impedimentos legais será substituída pela servidora**Roseli Correa Barbosa da Silva**, Registro Funcional n° **603.015.7/3.**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ATENDIMENTO AO DECRETO MUNICIPAL N° 56.633/2015
13.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
14.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:
Contratante: Subprefeitura M Boi Mirim – Avenida Guarapiranga, 1.695 - Parque Alves de Lima - São Paulo/ SP - Cep 04902-015
Contratada: HANATTEC COMÉRCIO DE TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA - Rua Araguari, 817 - CJ. 26 - 000 - - Vila Uberabinha - São Paulo - SP – 04514041
14.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.
14.4. Fica a **Contratada**, ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e

CAMILA SAYURI NAKANO:42392258833 Assinado de forma digital por CAMILA SAYURI NAKANO:42392258833 Dados: 2024.06.11 17:38:31 -03'00'

peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

14.5. A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

14.6. A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.7. No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados:

14.7.1. Os documentos para comprovação da regularidade fiscal social e trabalhista exigidos no item **15.5.2** do edital, cujos prazos de validade estejam vencidos.

14.7.2. Indicação do responsável técnico pela execução dos serviços objeto do contrato, e o preposto que a representará no local dos trabalhos;

14.7.3. Declaração **- Anexo XIII**, que **não** possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – **CADIN MUNICIPAL**, instituído pela Lei Municipal nº **14.094/05**, regulamentada pelo Decreto Municipal nº **47.096/06**;

14.7.4. Registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da **Contratante**, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

14.7.5. Carta de Autorização para Rastreamento - **Anexo XVI.**

14.7.6. Documentos de propriedade dos caminhões e equipamentos, ou documentos que comprovem posse regular em razão de "leasing", devendo para esse último caso, apresentar documento de anuência do banco;

14.7.7. Relação de condutores, com a comprovação do vínculo com a empresa contratada, e os respectivos documentos de habilitação (CNH), Cédulas de Identidade . As categorias constantes nos documentos de habilitação (CNH) dos condutores deverão ser compatíveis ao tipo de veículo a ser conduzido;

14.7.8 Documentos de licenciamento, comprovação do pagamento de seguro obrigatório e IPVA de cada veículo;

14.7.9. Instrumento público ou particular de procuração e/ou Contrato ou estatuto social do outorgante, o mesmo deverá outorgar o poder de representação, o mandante deve descriminar os atos que o mandatário pode praticar de maneira clara e minuciosa, visando todos os atos, em especial para assinatura de Termo de Contrato.

14.10. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada e a ata da sessão pública foram inseridos no processo administrativo nº **6045.2023/0001851-8**.

14.11.O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão aoDecreto Municipal n°**62.100/2022**, Lei Federal n° **14.133/2021** e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

14.12. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CAMILA SAYURI NAKANO:34239225833

Assinado de forma digital por CAMILA SAYURI NAKANO:34239225833
Dados: 2024.06.16 17:28:33 -03'00'

CIDADE DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA -DO FORO

15.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em **2** (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

CONTRATANTE

SUBPREFEITO
SUB-MB

CONTRATADA

CAMILA SAYURI NAKANO:34239225833
Assinado de forma digital por CAMILA SAYURI NAKANO:34239225833 Dados: 2024.08.16 17:28:46 -03'00'

CAMILA SAYURI NAKANO
RG. 33.769.244-0 SSP/SP
CPF: 342.392.258-33
CARGO: SÓCIA GERENTE

TESTEMUNHAS:

1)_____ GENIVALDO DOS SANTOS PEREIRA RF: 617.701.8 SUB-MB
NOME:
RG N°:
CPF N°:

2) _____
NOME:
RG N°:
CPF N°:
Alexandrina G. B. Mesquita
RG 55.925.048-4 SSP/SP
CPF 032.517.261-70
RF 928.116-9

CIDADE DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-MB/2024

PROCESSO: 6045.2023/0001851-8

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA MECÂNIZADA DO SISTEMA DE DRENAGEM, COM A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMBINADO HIDROJATO/ SUGADOR/ RECICLADOR/ EXTRAVASOR, DESIDRATAÇÃO E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS PARA ATERRO SANITÁRIO (COM MÃO DE OBRA E COMBUSTÍVEL), TELEVISIONAMENTO, FORNECIMENTO DE IMAGENS DIGITAIS (FOTOGRAFIA E FILMAGEM), TESTE DE FUMAÇA, TESTE DE CORANTE, RELATÓRIO TÉCNICO DE DIAGNÓSTICO DE PONTOS CRÍTICOS COM EQUIPAMENTOS DE INSPEÇÃO E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA.

1.Os serviços deverão ser executados no sistema de drenagem (galerias, ramais, poços de visita, bocas de lobo, bocas de leão tubos e conexões) existente na área geográfica da Subprefeitura M'boi Mirim, pelo período de e 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual ou menor período, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada no município de São Paulo pelo Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022 e alterações subsequentes.

2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS E POÇOS DE VISITA ATRAVÉS DE EQUIPAMENTO COMBINADO HIDROJATO/ SUGADOR/ RECICLADOR/ EXTRAVASOR:

2.1. Escopo do serviço: execução de serviços de desobstrução e limpeza mecânica de galerias e ramais de águas pluviais através de hidrojateamento por bomba de alta pressão e poços de visita através de sucção por turbina de alta potência, incluindo equipamento combinado hidrojato/sugador/reciclador montado sobre chassis de caminhão trucado, ano de fabricação 2014 ou mais recente, e com as seguintes características:

2.1.1. Equipamento Hidrojato de Alta Pressão:

2.1.1.1. compartimento para água, capacidade mínima 5m3;

2.1.1.2. bomba de alta pressão – pressão mínima de 330 l/min;

2.1.1.3. carretel para armazenamento de, no mínimo, 120 metros de mangueira de borracha com malha de aço de ¾" ou superior,

2.1.2. Equipamento Sugador de Alta Potência:

2.1.2.1. compartimento para resíduos, capacidade mínima 5m3;

2.1.2.2. bomba de sucção à vácuo, capacidade mínima 2.400m3/h;

2.1.2.3. mangote de sucção de, no mínimo, diâmetro 8", com braço hidráulico;

2.1.2.4. extensões metálicas com diâmetro igual ao do mangote para atuar em variadas profundidades, baseado na necessidade de serviço.

2.1.3. Reciclador:

2.1.3.1. Sistema de reciclagem de água no próprio equipamento, que permita a reciclagem de água coletada no tanque de detrito e que permita gerar maior eficiência no serviço com redução na necessidade de abastecimento de água para hidrojateamento, caso os resíduos sugados permitam o reaproveitamento do líquido.

2.1.4. Extravasor:

2.1.4.1. A execução de serviços de bombeio dos excessos de volume acumulados nos componentes do sistema de águas residuais e pluviais, vias e logradouros, através de bomba de esgotamento de alta performance, tendo em vista a ocorrência de extravasamentos em vias públicas, chuvas torrenciais, alagamentos ou enchentes, de modo a acelerar o restabelecimento do

CAMILA SAYURI NAKANO 3423922 5833

funcionamento do sistema de drenagem e a circulação dos cidadãos pelas vias ou residências. Este tipo de serviço de esgotamento será efetuado em trecho do sistema de drenagem a jusante, em locais a serem determinados pela fiscalização, tendo em vista a necessidade emergencial do esgotamento e o rápido estabelecimento das vias.

2.1.4.2. Bomba centrífuga auto escorvante:

2.1.4.2.1. Bomba escorvante com capacidade de vazão, acima de 120 m3/h;

2.1.4.2.2. Altura manométrica: acima de 20m;

2.1.4.2.3. Passagem de sólidos: 3";

2.1.4.2.4. Mangote rígido para sucção: comprimento de no mínimo 10 (dez) metros com diâmetro mínimo de 4" (quatro polegadas).

2.1.4.2.5. Mangueira flat para drenagem: comprimento de no mínimo 30 (trinta) metros com diâmetro mínimo de 4" (quatro polegadas).

2.1.5. Equipe: 1 (um) motorista/operador, 2 (dois) ajudantes.

2.1.6. Os serviços serão prestados no período diurno, totalizando 192 (cento e noventa e duas) horas por equipe por mês.

2.1.7. Os serviços que serão executados, poderão se estender em uma jornada diária de horário das 7h00 até às 18h00 horas de segunda a sexta e das 7h00 às 12h00 aos sábados ou excepcionalmente em horários diversos, domingos e feriados desde que solicitados/aprovados pela fiscalização para atingir a quantidade prevista de horas mensais.

2.1.8. Serão contratados 02 (dois) equipamentos combinados HIDROJATO/ SUGADOR/ RECICLADOR/ EXTRAVASOR.

2.1.9. Ferramentas mínimas (duas picaretas, uma marreta 5kg, uma enxada, uma pá de bico, uma pá reta, uma concha grande, um vassourão, uma alavanca, um garfo, um tubo guia), EPIs (uniformes, botas de borracha, botas perneira até a virilha, luvas em PVC, capacete, óculos de proteção, proteção auricular) e material de sinalização (seis cones de sinalização) e demais equipamentos complementares necessários à execução dos serviços com segurança. Os uniformes deverão ser padronizados de acordo com a Portaria 15/SMSP/2010, publicado no DOC de 25/05/2010.

2.1.10. O caminhão deverá dispor de sistema de rastreamento conforme as Especificações Técnicas do **ANEXO IX.**

2.2. Critérios de medição: por horas trabalhadas e/ou disposição, computado através de Folha de Produção Diária, assinada e atestada pela unidade administrativa requisitante da Contratante, correspondente às horas efetivas de operação do equipamento.

2.3. Previsão quantitativa dos serviços: 3.648 (três mil, seiscentos e quarenta e oito) horas para o período de 12 (doze) meses.

3. DESIDRATAÇÃO, CARGA E REMOÇÃO DE RESÍDUOS LIQUIDOS E SÓLIDOS PROVENIENTES DA LIMPEZA MECÂNICA DO SISTEMA DE MICRODRENAGEM.

3.1. A licitante deverá apresentar declaração formal sob as penas da lei, de disponibilidade das instalações adequadas para a execução dos serviços licitados.

A licitante deverá possuir ou disponibilizar o local apropriado para a desidratação e/ou esvaziamento do reservatório de resíduos do equipamento combinado oriundos do serviço. Nestas unidades, os resíduos úmidos deverão passar por processo de desidratação (ao redor de 20% do volume úmido) até que seja atingido o teor de umidade aceitável por aterro. As unidades de desidratação deverão ser aprovadas pela CETESB, cujas normas exigem que os resíduos gerados (tanto líquidos como sólidos) sejam descartados em locais apropriados e que as instalações disponham de controle de odores, de modo a não prejudicar o meio ambiente.

Os resíduos sólidos, após a desidratação, deverão ser transportados até o Aterro licenciado, por caminhão basculante cadastrado na SP-REGULA.

Os resíduos líquidos resultantes da drenagem deverão ser acumulados em tanque, sendo transportados para Estação de Tratamento de Esgotos, conforme contrato assinado com a

CAMILA SAYURI NAKANO:342392258 33 Assinado de forma digital por CAMILA SAYURI NAKANO:34239225833 Dados: 2021.08.16 17:29:10 -03'00'

SABESP, ou com empresa idônea que realize o tratamento e a destinação final dos efluentes e que tenha licença expedida pela CETESB para tais operações, classificados como efluentes líquidos não domésticos, após análise de conteúdo dos mesmos.

3.1.1. A Unidade de Desidratação de Resíduos é constituída dos seguintes elementos:

Baia segregada com fundo em concreto, canaleta na largura total da baia, dotada de grelha para encaminhamento do liquido drenado, construído em fibra de vidro ou outro material equivalente capaz de evitar a contaminação do lençol freático, unidade de controle de odores.

O liquido drenado será transportado através de caminhão tanque de vácuo até a ETE mais próxima.

Os resíduos sólidos são espalhados mecanicamente na baia, de modo a permitir melhor desidratação.

Os resíduos sólidos, após atingirem o teor adequado de umidade, serão transportados em caminhão basculante, com a utilização de pá carregadeira.

4. TESTE DE FUMAÇA

4.1. Escopo do serviço: As atividades de teste de fumaça serão desenvolvidas exclusivamente no período diurno, devendo ser realizada comunicação prévia aos moradores, comércio em geral e Corpo de Bombeiros. Todos os pontos que apresentarem afloramento de fumaça deverão ser registrados através de câmera fotográfica digital e/ou filmadora. As imagens obtidas deverão ser incorporadas ao relatório a ser entregue à Prefeitura. Para cada ponto onde for detectado o afloramento de fumaça será feito um croqui com a indicação de sua localização.

4.2. Equipamentos e Materiais:

4.2.1. Bomba de fumaça específica para este fim, com capacidade de produção de, no mínimo, 1.200 m3 de fumaça a cada 3 minutos;

4.2.2. Câmera fotográfica digital;

4.2.3. Bloqueadores infláveis para diferentes diâmetros de rede;

4.2.4. Insufladores de ar;

4.2.5. Cavaletes, cones e EPCs necessários para isolamento e sinalização do local de trabalho.

4.3. Critérios de medição: por extensão de galerias de águas pluviais inspecionadas, em metros.

4.4. Previsão quantitativa dos serviços: 1.200 (um mil e duzentos) metros de galerias inspecionada para o período de 12 (doze) meses.

5. INSPEÇÃO DE LIGAÇÃO IRREGULAR (TESTE DE CORANTE)

5.1. Escopo: As inspeções em ligações de esgoto terão como objetivo identificar/confirmar o lançamento irregular de esgoto no sistema de águas pluviais, bem como a integridade e regularidade da ligação. Na visita ao imóvel o funcionário deverá se abordar o cliente de forma cordial explicando as razões de sua visita e solicitando permissão para acesso as instalações internas, bem como colaboração para obtenção de todos os dados e informações necessárias à execução do serviço.

Com anterioridade a visita ao imóvel, a contratada deverá verificar e providenciar todas as ações necessárias na rede e/ou no poço de visita e/ou na ligação, eliminando as condições que, de alguma forma, possam dificultar ou impossibilitar a identificação do corante lançado na rede durante o teste.

Caso a contratada encontre algum imóvel conectado irregularmente a rede de drenagem, o mesmo deverá ser informado a Prefeitura.

Outros métodos poderão ser utilizados desde que previamente autorizados pela Prefeitura.

5.2. Critérios de medição: Por unidade de imóvel inspecionado,

5.3. Previsão quantitativa dos serviços: 300 (trezentas) inspeções por teste de corante.

6. TELEVISIONAMENTO

CAMILA SAYURI NAKANO:42392258 3

6.1. Escopo: Consiste na vistoria por circuito fechado de televisionamento, em canalizações, com gravação em mídia digital, de todo o trecho ou de parte, conforme indicado em relatório e croqui, com finalidade de: Definir o caminhamento de canalizações; Localizar extravasores em galerias pluviais; Identificar causas de obstrução e de afogamento de galerias; detectar avarias em tubulações e lançamentos clandestinos, incluindo-se a descoberta de Poços de Visita através de Detector de Metais (Caça Latas) ou outro equipamento similar, que se encontram cobertos e/ou não aparentes, incluído demarcação de solo através de tinta para identificação no trecho a ser filmado.

A execução do serviço será feita em local indicado pela Fiscalização, conforme programação de obras a distancias dos problemas detectados com relação ao Poço de Visita existente. Os pontos críticos serão mostrados por fotos anexados ao relatório. Os resultados da inspeção por televisionamento deverão ser entregues em fichas individuais e filme em mídia digital, como os dados da tubulação (diâmetro, extensão, localização, acessos a montante e jusante) os problemas com a distância em metros do acesso a montante ou jusante.

6.2. Equipamentos: Conjunto de dispositivos eletrônicos, desenvolvido para possibilitar a inspeção e diagnóstico da situação operacional do sistema de microdrenagem, através de circuito fechado de televisão.

O conjunto deve ser constituído, basicamente, de: Conjunto de equipamento básico: veículo utilitário, sistema de geração de energia, câmera de vídeo padrão NTC, colorida, com resolução maior ou igual a 400 linhas; monitor de TV de 14" (mínimo), sistema de arquivamento/gravação de dados e reprodução e padrão de cores NTSC; sistema de iluminação com lâmpada halogênica dotada de controle de luminosidade. Cabo alimentação de energia elétrica e transmissão de imagem com extensão que permita a transmissão de trechos de galerias de água pluvial de até 120 metros, filmagem apresentada em DVD e relatório impresso.

6.3. Critérios de medição: Será pela extensão de galeria filmada, em metro.

6.4. Previsão quantitativa dos serviços: 1.200 (um mil e duzentos) metros durante o período de vigência do contrato a critério da fiscalização.

7. DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO DOS PONTOS CRÍTICOS COM EMISSÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO:

7.1. Escopo: execução de diagnóstico e prognóstico dos pontos e /ou microbacias hidrográficas recorrentes de alagamentos do sistema de microdrenagem, verificados e determinados pela Fiscalização, constituído do relatório conclusivo de diagnóstico dos problemas encontrados e o estudo de concepção das soluções técnicas recomendadas para cada problema de alagamento, incluindo, quando necessário. O Relatório Técnico de Diagnóstico e Prognóstico deverá apresentar as conclusões técnicas sobre a real situação estrutural e operacional das instalações inspecionadas, com análise dos fatores determinantes das irregularidades encontradas e a recomendação das intervenções corretivas necessárias, com a formulação da especificação e dimensionamento físico das mesmas, através do estudo de concepção das intervenções necessárias.

7.2 Critérios de Medição: a medição deverá ser entregue por relatório conclusivo do diagnóstico dos problemas encontrados e o estudo de concepção, recomendações das obras e/ou serviços das soluções técnicas recomendadas por ponto de alagamento, em volume único, devidamente encadernado e com mídia digital em CD/DVD.

7.3 Previsão quantitativa dos serviços: 1.200 (um mil e duzentos) metros em locais a serem definidos pela fiscalização, para o período de 12 (doze) meses.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

CAMILA SAYURI NAKANO:34239225833

8.1. Os serviços executados serão medidos mediante requerimento da contratada, após decurso dos respectivos períodos de execução dos serviços, os quais serão medidos por unidades efetivamente executadas, e aprovadas pela fiscalização.
8.2. Não será concedido reajuste, atualização ou compensação financeira, nos termos da Portaria 104/SF/94, pelo período de um ano.

9. PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS

9.1. Diariamente, a fiscalização, em conjunto com o responsável pelo apoio técnico da contratada, deverão providenciar Ordem de Serviço com a determinação dos serviços a serem executados.
9.2. Na Ordem de Serviço deverão constar os endereços dos logradouros correspondentes aos locais de programação preventiva e solicitações a serem atendidas.
9.3. O atendimento das Solicitações será realizado por caminhão combinado HIDROJATO/ SUGADOR/ RECICLADOR/ EXTRAVASOR, que, após o atendimento, deverá realizar a limpeza preventiva dos pontos de maior acúmulo de resíduos.

10. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A contratada deverá apresentar as equipes dimensionadas para a execução dos serviços constantes das Ordens de Serviço emitidas, tendo em vista o planejamento dos mesmos.
10.2. Os funcionários de cada equipe deverão estar devidamente uniformizados conforme padrão estabelecido na Portaria 15/SMSP/2010, publicada no Diário Oficial de 25/05/2010, incluindo botas, capacetes e demais equipamentos para a correta prestação de serviços.
10.3. Cada equipe deverá desenvolver os trabalhos nos endereços dos logradouros correspondentes aos locais de programação preventiva e demandas provenientes dos sistemas de gerenciamento e integrado de monitoramento a serem atendidos.
10.4. Os funcionários colocados à disposição da Administração pela contratada deverão estar perfeitamente treinados para a execução dos serviços que lhes competem; quando algum funcionário for rejeitado pela fiscalização, deverá ser substituído em 24 horas.
10.5. Todos os equipamentos e ferramentas necessários ao bom desempenho dos serviços serão fornecidos pela contratada.
10.6. Nos preços dos veículos e equipamentos estão incluídos salários, benefícios, encargos sociais, combustível, manutenção e todas as demais despesas relacionadas com a perfeita execução do objeto contratual.
10.7. Uma vez finalizados os serviços constantes das Ordens de Serviço, as equipes poderão ser dispensadas, a critério da fiscalização, permanecendo à disposição, nas instalações da contratada ou da Subprefeitura, para atendimento de novas solicitações, não havendo assim, penalidade em suprimissão das horas.
10.8. O caminhão com equipamento acoplados, fora do horário de trabalho a serviço da PMSP, deverá ser recolhido diariamente às instalações da contratada, que é a única responsável pela sua guarda; no caso dos mesmos ficarem em área própria da SUB-MB, deverá haver a manifestação do responsável designado pela Unidade, onde ficarão consignadas as condições de permanência, que deverão ser acatadas pela contratada, não havendo responsabilidade para a Administração, caso haja alguma eventualidade com o equipamento ou equipe.
10.9. A contratada providenciará a identificação (nome da empresa e o telefone para reclamações) através de adesivos afixados nas laterais (portas) dos caminhões, que deverão ser confeccionados sob sua responsabilidade e ônus, de acordo com o modelo fornecido pela PMSP.
10.10. A contratada obriga-se a respeitar todas as Normas de Execução e de Sinalização de Obras e Serviços em vias e logradouros públicos deste Município, devendo ser utilizados cavaletes com placas nas dimensões de 80 x 60 cm para cada local onde serão prestado os serviço e placa ou adesivos nos equipamentos, de acordo com o modelo, dizeres e cores a serem fornecidos pela PMSP. Tanto nas placas dos cavaletes como nas placas ou adesivos a serem utilizadas nos equipamentos deverá constar o nome da empresa.

CAMILA SAYURI NARANO:34239225833

Assinado de forma digital por CAMILA SAYURI NARANO:34239225833 Dados: 2024.08.16 17:29:45 -03'00'

10.11. A contratada, durante a vigência do contrato, estará obrigada a substituir os caminhões, equipamentos e máquinas que ultrapassarem 10 (dez) anos, excluído o ano de fabricação.
10.12. A Contratada deverá socorrer os caminhões ou equipamentos que apresentarem defeitos ou sofrerem acidentes, consertando-os no próprio local, quando possível, ou substituindo-os de imediato.
10.12.1 As substituições mencionadas terão como limite o máximo de 02 (duas) vezes por caminhão ou equipamento no período de um mês.
10.12.2 No caso de apreensão do caminhão ou dos equipamentos, as despesas da retirada, guincho e outros correrão por conta da detentora, sem prejuízo de sua pronta substituição.
10.13. Em caso de manutenção preventiva do veículo e ou equipamento, deverá ser feita a programação antecipada com o representante da contratante.
10.14. A Contratada promoverá a sinalização viária necessária e será responsável pela segurança do tr1abalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros no período de prestação de serviços à PMSP, inclusive durante a locomoção e transporte de equipamentos e pessoal aos locais de trabalho.
10.15. A Contratada deverá fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela fiscalização, tais como: uniformes, coletes, botas, luvas, máscaras, óculos etc. Nos serviços noturnos e em vias expressas, deverão ser usados coletes com faixas reflexivas pelos funcionários.
10.16. A Contratada obriga-se a refazer, imediatamente, todos os locais danificados decorrentes dos serviços, tais como: tampas de bocas de lobo, calçadas, muros, jardins e outros, reconstruindo-os de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem causar nenhum ônus à Contratante, inclusive relativamente a quaisquer danos em tubulações ou equipamentos de concessionárias.

11. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS

11.1. No tocante ao acompanhamento e à fiscalização dos serviços deverão ser observados os procedimentos estabelecidos pelo Decreto nº 62.100/2022.
11.2. A fiscalização será exercida por servidor designado pela SUB-MB/CMIU/STLP. No documento correspondente à Ordem de Início, será indicado o profissional que ficará responsável pela Fiscalização.
11.3. Cada equipe responsável pela limpeza do sistema de micro drenagem deverá emitir "Ficha de Produção Diária", consoante a Ordem de Serviço recebida, indicando os endereços, os dados dos componentes do sistema de micro drenagem limpos (quantidade de poços de visita, diâmetro e extensão das galerias e ramais), os caminhões, equipamentos e o pessoal utilizado.
11.4. A equipe responsável pela operação do sistema de programação e controle será encarregada da elaboração das Ordens de Serviço, pelo lançamento no sistema informatizado das "Fichas de Produção Diária" de cada serviço executado, assim como da atualização do banco de dados.
As informações técnicas necessárias serão prestadas através da Supervisão Técnica de Limpeza Pública.
11.5. A fiscalização dos serviços pela Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.
11.6. A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria do veículo/equipamento programado para execução dos serviços e verificar o cumprimento de Normas preestabelecidas no Edital/Contrato.
11.7. A Contratante é reservado o direito de solicitar a imediata substituição do caminhão e dos equipamentos que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas. As eventuais substituições durante o contrato deverão ser feitas no padrão equivalente ao estipulado, sem qualquer ônus adicional a Contratante.

12.SANÇÕES

CAMILA SAYURI NAKANO:34239225833 Assinado de forma digital por CAMILA SAYURI NAKANO:34239225833 Dados: 2024.08.16 17:29:56 -03'00'

12.1. Multa por dia de atraso injustificado para o início da execução dos serviços conforme fixado na Ordem de Início: 1,0% (um inteiro por cento) por dia sobre o valor estimado do contrato, até o máximo de 10 (dez) dias. O atraso superior a 10 dias poderá ensejar a imediata rescisão contratual por culpa da Contratada, com aplicação de pena de multa de 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor total estimado do contrato, além da aplicação da pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos, a critério da Contratante.
12.2. Multa por dia de ausência de qualquer funcionário ou equipamento 3,0% (três inteiros por cento), por dia, incidente sobre o valor do faturamento mensal. A partir do 11° (décimo primeiro) dia de falta será considerada inexecução parcial do ajuste.
12.3. Multa por atraso superior a 15 (quinze) minutos em relação ao horário estabelecido para apresentação dos funcionários ou equipamento ou quando constatado que o veículo não se encontra em condições adequadas de higiene, limpeza (interna e externa) e conservação: 0,5% (cinco décimos por cento), incidente sobre o valor do faturamento mensal, por ocorrência.
12.4. Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte inteiros por cento), sobre o valor da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.
12.5. Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta inteiros por cento) sobre o valor do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.
12.6. Multa pelo descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstos nos subitens acima, e/ou pelo não atendimento de eventuais exigências formuladas pela fiscalização: 1% (um inteiro por cento) sobre o valor do faturamento mensal, reaplicada a cada 05 (cinco) dias úteis, até seu atendimento.
12.6.1. Poderá ser proposta pelo fiscal do contrato a aplicação da pena de ADVERTÊNCIA ao invés da multa, caso entenda que a irregularidade constatada não é de natureza grave.

13.QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

13.1 A Qualificação Técnica da licitante será demonstrada mediante certidão atualizada de registro da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo), ou por ele vistada, em ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, e comprovada por meio de atestado(s) ou certidão(ões) em seu nome, fornecido (s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) certificado(s) de acervo(s) técnico(s) e que comprovem a execução dos respectivos serviçso **DE 12 (DOZE) MESES,** nos quantitativos, que correspondem 50% da quantidade prevista para o período contratual.

- Desobstrução e limpeza mecânica através de equipamento combinado hidrojato/sugador/reciclador: 1824 (mil oitocentos e vinte quatro) horas;
- Teste de fumaça: 600 (seiscentos) metros;
- Inspeção (teste de corante): 150 (cento e cinquenta) unidades;
- Televisionamento: 600 (seiscentos) metros de filmagem para inspeção de galerias de águas pluviais através de circuito fechado de televisão.
- Relatório técnico: 600 (seiscentos) metros de relatório técnico de diagnóstico e prognóstico.

Os atestados devem conter, explicitamente, todos os dados necessários à comprovação das características e quantidade de serviços executados, além das datas de início e término dos serviços.
13.1.2 Os atestados deverão estar vinculados às respectivas CAT (Certidão de Acervo Técnico), e rubricados por órgão competente (CREA/CAU/CONFEA).
13.1.3 A(s) certidão(ões)/atestado(s) deverá(ão) ser apresentada(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu, com a devida identificação.

CAMILA SAYURI NAKANO:34239225833 Assinado de forma digital por CAMILA SAYURI NAKANO:34239225833 Dados: 2024.06.17 17:30:10 -03'00'

13.1.4 A Qualificação Técnico-Profissional se fará com a comprovação da licitante de possuir, em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior detentor(es) de atestado(s) ou certidão(ões), fornecido (s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) certificado(s) de acervo(s) técnico(s) – CAT, expedido(s) pelo(s) CREA(s) da(s) região(ões) onde os serviços tenham sido realizados, e que comprovem a execução dos serviços ora licitados.
13.1.5 A comprovação de que o responsável técnico pertence ao quadro permanente da empresa deve ser feita por meio de cópia do Contrato Social em que o responsável técnico figure como sócio **OU** da Carteira Profissional acompanhada da ficha de registro de empregados da empresa atualizada **OU** do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a licitante e o responsável técnico.
13.1.6 Um dos responsáveis técnicos constantes do(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá responder pela execução dos serviços objeto do contrato.
13.1.7 Declaração formal sob as penas do artigo 299 do Código Penal, da disponibilidade do equipamento adequados para a realização do objeto do certame caso venha a licitante ser julgada vencedora desta licitação, conforme modelo disposto no Anexo XV – Modelo Declaração de disponibilidade de equipamentos, instalação e pessoal especializado.
13.1.8 A licitante deverá apresentar sob a pena de desclassificação: local apropriado de desidratação dos resíduos oriundos da limpeza do sistema de drenagem, o qual deverá constar o "layout" apresentado com área total, local e detalhamento da estrutura para a desidratação, bem como possuir dispositivo de controle de odores e ainda reservatório próprio do líquido drenado e que sejam compatíveis com o número de equipamentos para atendimento ao futuro contrato objeto da licitação, devidamente licenciadas pela **CETESB**, bem como contrato e/ou documento equivalente celebrado entre a proponente e a **SABESP** ou empresa credenciada para recebimento do resíduo, comprovando que está última receberá e tratará o efluente líquido gerado no processo de desidratação dos resíduos.
13.1.8.1 Quando a licença de operação na qual constem as instalações exigidas e descritas no subitem anterior não estiverem em nome da licitante, deverá ser anexado compromisso hábil entre a licitante e o cedente ou o locador, devidamente registrado em Cartório de Título e Documentos, em que conste Declaração Formal das partes, de que as instalações, devidamente licenciadas estarão disponíveis para atendimento no período do contrato, sob as penas cabíveis.
13.1.8.2 A unidade deverá estar localizada a uma distância que possibilite a descarga e o retorno ao local de trabalho dentro da mesma jornada diária de trabalho.
13.1.8.3 Apresentar **LICENÇA DE OPERAÇÃO** para atividade de limpeza, coleta e disposição final do lodo retido em galerias de águas pluviais devidamente licenciado pela em vigência.
13.1.8.4 As instalações deverão possuir unidade de desidratação dos resíduos oriundos da limpeza de rede de drenagem e posteriormente será transportado para aterro sanitário.
13.1.8.5 A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei Federal nº 14.133/2021 e outros regramentos sobre o tema.

CAMILA SAYURI NAKANO: 34239225833
Assinado de forma digital por CAMILA SAYURI NAKANO:34239225833 Dados: 2024.08.16 17:30:54 -03'00'